

Tentativas hidrelétricas nos rios Xingu paraense e Madeira - Mamoré internacional

[Notas: a nação diante da miragem dissimuladora e o povo de lá sob assédio dos poderosos]
Oswaldo Sevá, 12 de julho de 2007

RESUMO: O artigo elaborado especialmente para o II ECSB tem o intuito de atualizar, até julho de 2007, as tentativas de implantação de grandes hidrelétricas (*Kararaô* - rebatizada *Belo Monte*, *Babaquara*, *Ipixuna*, *Kokraimoro* e *Jarina*) na calha do rio Xingu e uma (*Cachoeira Seca*) em seu principal afluente rio Iriri, todas no estado do Pará; e também, no rio Madeira-Mamoré, os dois projetos hidrelétricos em Rondônia (*Santo Antonio* e *Jirau*), um binacional Brasil-Bolívia, próximo da cidade de *Villa Bela*, e um na Bolívia, no rio Mamoré, em *Cachuela Esperanza*. O artigo é formado por notas conjunturais e análises dos discursos sobre o fato principal selecionado: a nação está diante da miragem dissimuladora construída pelas empresas e pelo governo federal a respeito dos temas energia, meio – ambiente, Amazônia; enquanto o povo que lá reside está há anos sob assédio do poder econômico e das instâncias políticas federais, estaduais, municipais apoiadoras dos projetos. No Xingu, tal movimentação começou na década de 1980, e no Madeira, no final dos anos 1990. Compilamos várias declarações entrevistas e colunas assinadas, consideradas representativas do período mais recente, desde 2003, e ali pudemos registrar os rastros da construção dessa miragem energética e ambiental. Também indicamos evidências da desfiguração do processo legal de licenciamento ambiental na esfera federal, incluindo-se as justificativas falaciosas que vêm sendo adotadas também por parlamentares em seus projetos de lei e decretos, e por juizes em seus despachos. Comentamos as encruzilhadas em que se encontram todos os agentes econômicos e políticos, incluindo lideranças indígenas, diante da possibilidade da conversão definitiva de territórios e rios em recursos econômicos, tudo em meio às chances reais de discórdia relevante com os vizinhos bolivianos.

PALAVRAS-CHAVE: hidrelétricas, rio Xingu, rio Madeira, Amazônia, ribeirinhos, atingidos, indígenas, licenciamento ambiental

A avaliação que nos guia é que, na importância crescente dessas tentativas de concretizar investimentos de grande porte, pesa a mesma razão profunda, a do aproveitamento de uma força natural. Razão que todavia só explica essa importância a partir de uma visão apenas produtivista do mundo, da Natureza: - a constatação de uma imensa, porém variável força hidráulica do maior afluente do Amazonas, (formado quase todo nos Andes da Bolívia e do Peru), quando ele desce um desnível de cinquenta metros num percurso de quase quinhentos km; ali o rio Madeira se espreme violento na passagem entre os rochedos e por sobre as lajes da última barreira cristalina da bacia amazônica, antes que suas águas bem barrentas se espriem na planície sedimentar.

Lá no Estado do Pará, de modo similar, impera no imaginário da economia e da política a constatação da força hidráulica do rio Xingu, um pouco menor que a do Madeira, e ainda mais variável, lá onde ele se esparrama sobre os pedrais, canais e arquipélagos para conseguir descer 150 metros ao

longo de quase 300 km. A correnteza do Xingu também tem, como a do Madeira, que sobrepassar o muro cristalino do último degrau do Planalto central brasileiro, desde as corredeiras de leitos e margens rochosas da popular “forquilha” da confluência do Iriri no Xingu, até as ultimas violentas cachoeiras da Volta Grande. Depois, o rio se dilui numa “ria” imensa onde suas águas verde claras em geral cristalinas decantam em poções fundos de dezenas de metros, esperando a vez para engrossar o imenso Amazonas, num ponto quase em sua foz no mar.

Entretanto, a maior força-motriz desse processo especialmente conflituoso de investimento econômico, parece ser a insistência organizada e cara com que se difunde uma miragem dissimuladora a respeito das razões de cada projeto e da própria situação energética do país. É isto que se procura demonstrar nesse artigo: por causa da força hidráulica e da miragem insistente, vive o povo de lá, em Rondônia e num pedacinho da Bolívia, e vive o povo no Pará, sob o assédio de poderosos grupos econômicos e políticos locais e de fora, nacionais e estrangeiros.

Desde 2003, rastros da construção da miragem e da destruição do licenciamento ambiental

No início do primeiro governo Lula - Alencar, em 2003, poderia haver uma esperança de renovação na parte estatal da indústria elétrica e na parte elétrica do executivo federal: seriam trocados alguns diretores da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica; e a ministra Dilma Rouseff poderia interromper, na pasta de Minas e Energia, uma longa linhagem de ministros, assessores e secretários de primeiro escalão não especialistas, porém indicados por grupos fortes na intermediação entre a vida política brasiliense e o mundo dos negócios: os “carlistas” (capitaneados pelo político baiano ACM) e os “sarneysistas” (pelo ex-presidente Sarney).

Na presidência da Eletrobrás tomou posse o professor Luiz Pinguelli Rosa; vários quadros petistas até então críticos à gestão tucana assumiram e dividiram o poder com os remanescentes daqueles grupos originários da ditadura militar nas estatais controladas pela “holding” federal: Furnas, Chesf, Eletronorte. Na mais poderosa de todas, a Itaipu Binacional, assumia o deputado petista do Paraná, engenheiro Jorge Samek, que vem de família atingida nos anos 1980 pela formação da represa de Itaipu. Transcrevo a seguir sua entrevista ao semanário Pasquim 21 (Rio de Janeiro, no. 84, 17.10.2003):

Ziraldó (um dos entrevistadores) *Então não precisa mais fazer usinas?*

Samek – *Estamos com uma folga de 15 % . Mas é preciso fazer usinas.*

Ziraldó – *O que você acha de Belmonte?*

Samek – *É um bellissimo projeto, mas estou mais apaixonado com o (projeto) do rio Madeira. Belmonte é mais próximo do mercado, mas o Rio Madeira ocupa muito menos terra. Parece até um*

local feito por Deus para se construir uma hidrelétrica. É um canyon que cria uma navegabilidade saindo da Bolívia até o Atlântico. Vai até o porto de Itacoatiara a 100 km de Manaus.

Dois meses depois, na edição de domingo (21.12.2003), a Folha de São Paulo resolveu repercutir o “lobby” de alguns grandes grupos econômicos e publicou com grande destaque: ⁱ

“Indústria pressiona por mudanças no Ibama. Ambiente x Investimento: Empresários criticam lentidão. Órgão que analisa 295 obras de infra-estrutura, vê constrangimento”

Vejam as declarações concisas e claras de dois mega - empresários ali entrevistados: Antonio Ermírio de Moraes, do grupo Votorantim-CBA e, na indústria elétrica, sócio do conglomerado VBC (junto com o banco Bradesco e o grupo Camargo Correa) e Roger Agnelli, presidente da empresa CVRD privatizada, com sócios estrangeiros:

A. E. Moraes: “A única energia que temos é a hídrica. Se não compreenderem isto, o Brasil vai trabalhar à base de estilingue”. O empresário considera um absurdo o Brasil usar apenas 27% de seu potencial hidrelétrico: “O Ibama não poderia atrapalhar desta forma. Tinha de deixar a turma trabalhar.”

R. Agnelli “Para um país que tem pressa e precisa gerar empregos, esse é um sério empecilho ao crescimento”.

E, depois, vejamos os trechos de uma entrevista feita com o engenheiro químico Nilvo Alves da Silva, adjunto do então Diretor de Licenciamento do IBAMA, agência ambiental federal.

Folha de São Paulo – Por que os empresários reclamam da demora no processo de licenciamento ?

N. Alves da Silva: “As grandes críticas foram sobre hidrelétricas, que são empreendimentos complexos. Algumas provocam reassentamentos de populações urbanas inteiras. Nós trabalhamos com a vida das pessoas. As pessoas querem saber para onde elas vão, qual é a indenização que elas vão ter direito a receber. E isso é tratado no licenciamento ambiental.”

FSP – E o caso da usina São Salvador, da Tractebel ?

N. Alves da Silva: “A empresa perdeu oito meses tentando fazer com que o Ibama licenciasse essa obra sem o estudo de impacto ambiental. Não há alternativa para isso. A alternativa é a ilegalidade. Nesse ano, nós chamamos a empresa e eles estão fazendo o estudo. Demorou, demorou. Mas, de quem é a responsabilidade? [A Tractebel não atendeu os telefonemas da reportagem]”.

FSP – Por que os empresários reclamam agora, se o Sr. diz que foi sempre assim?

N. Alves da Silva: “Eles sempre reclamaram. Na nossa opinião, isso não passa de uma tentativa de constranger a lei ambiental no Brasil. Hoje só não conversa com os órgãos de meio ambiente quem não quer.”

Algumas destas bravatas midiáticas, nesse ano de 2007 vieram num crescendo até a crise de Abril e Maio, quando Medidas Provisórias dividiram o IBAMA em duas partes, quando foi desmantelada a cúpula do Instituto e foram removidos os ocupantes de postos – chave nos setores que cuidam do licenciamento ambiental. Vimos também como o discurso empresarial, concatenado estreitamente com o do diretor geral da ANEEL, eng. Jerson Kelman, e com o discurso da ministra Dilma Rousseff agora na Casa Civil, foi sendo aperfeiçoado à medida que a campanha de mídia foi se tornando cada vez mais insistente e agressiva.

Foi se impondo na pauta de muitos jornais, rádios e redes de TV, o tema “concessão de licença para as usinas do Madeira”. Produziu-se a repetição quase histórica da demonização: a exigência de licença

ambiental – mais – o repúdio oficial e empresarial à “liberdade de ação dos ambientalistas e promotores públicos” os quais estariam travando o progresso, o desenvolvimento, o programa federal PAC. A incansável campanha barrageira em Maio de 2007 se oxigenou com uma ameaça velada, algo no estilo: “*Se não fizer essas obras no Madeira*” aí então, o país teria que “*mudar a matriz energética*”. E essa mudança forçada seria para pior, claro: as novas usinas teriam que ser térmicas a gás, térmicas a carvão, e até nucleares!ⁱⁱ

Voltaremos a essa linha de argumentação ao final do artigo. Antes, recapitulemos, do ponto de vista dos projetos de usinas no rio Xingu, a mesma fase histórica, na qual participam os mesmos agentes econômicos e políticos; onde a simbologia e a manobra discursiva são da mesma lavra que encontramos no caso dos projetos de usinas no rio Madeira.

I. No Xingu paraense: o povo de lá sob assédio dos poderosos

É surpreendente que, na Amazônia Oriental (Leste do Pará, Bico do Papagaio, Norte do Tocantins, e a metade Oeste do Maranhão) tenha se estabelecido uma portentosa configuração urbano-industrial, até para quem acompanha há quase três décadas a progressiva integração de locais amazônicos no circuito econômico e político nacional e internacional. Pólos de intensa capitalização materializada em instalações e equipamentos de grande escala, essa configuração é ancorada nas minerações de grande escala (de ferro e de outros metais, de bauxita, de caulim), na indústria metalúrgica do alumínio (em Barcarena, PA e na Ilha de São Luis, MA), de ferro-gusa ao longo da ferrovia Carajás a Ponta da Madeira, e de ferro-ligas em Tucuruí. Ali fica a mega-hidrelétrica no rio Tocantins, construída pela empresa Camargo Correa – que viabiliza a existência de toda esta atividade, articulando-as por meio da geometria retilínea dos seus linhas de transmissão e de suas ponderáveis subestações elétricas. Nesta “moldura” regional, vai se consolidando uma das principais províncias industriais e energéticas em todo o mundo contemporâneo, objeto de interesse estratégico para - e de acompanhamento minucioso pelos grandes grupos industriais e financeiros da economia globalizada e da economia brasileira. Passados trinta anos do primeiro “Projeto Carajás”, são anunciados agora novos grandes investimentos na bauxita em Paragominas e em Juruti, próximo de Santarém, e no níquel e cobre na região entre Carajás e Tucumã.

Somente esse enredo macro-econômico e estratégico é que explica a possibilidade de ser construída a usina hidrelétrica de *Belo Monte* no Xingu- ou – alternativamente - o projeto na cachoeira de São Luis do Tapajós, próximo de Itaituba.

São passados mais de vinte anos desde a 1ª. vez.

O projeto apresentado pela Eletronorte para barrar o rio Xingu naquele trecho da Volta Grande somente veio a público no início dos anos 1980, quando ficou pronto o calhamaço técnico de código IHX - Inventário Hidrelétrico do Xingu, feito pela empresa CNEC, que é do mesmo grupo empresarial da famosa empreiteira Camargo Correa. Previam e projetaram barrar o rio Xingu, no território paraense, em cinco pontos e mais um no rio Iriri. Antes que qualquer estudo de impacto fosse apresentado oficialmente, as entidades de defesa dos indígenas já haviam conseguido fazer extravasar parte da informação técnica sobre o inventário hidrelétrico e as obras; haviam editado no Brasil em dezembro de 1988, e um ano depois, nos EUA, “As hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas”, obra coletiva cobrindo a situação da região então em processo de expansão geo-econômica, e registrando todos os aspectos conflitivos e prejudiciais de tais projetos, inclusive em cada uma das Terras Indígenas no centro e sul do Pará. ⁱⁱⁱ

O projeto foi derrotado a primeira vez em fevereiro de 1989, a partir das repercussões do Encontro dos Povos Indígenas de Altamira, quando a índia Kaiapó Tu Ira apertou a lâmina do seu terçado no rosto do engenheiro Muniz Lopes, diretor da Eletronorte, conhecido por ter sido indicado pelo ex – presidente José Sarney. Naquela ocasião correram mundo as imagens de centenas de indígenas de todo o vale do Xingu e mais milhares de outros participantes manifestando contra ou pró a obra de *Kararaô* nas ruas de Altamira. Foi quando inclusive mudaram o nome do projeto para *Belo Monte*. Quase dez anos após, o mito grego *Fênix* ressurgiu das cinzas, na campanha da reeleição presidencial em 1998, na forma de uma versão “light” do projeto agora chamado *Belo Monte*, com área alagada menos da metade do projeto anterior, mantidas quase todas as demais características. Essa versão chegou a ter um início de licenciamento ambiental, que se mostrou equivocado e inválido: foi derrotado de novo o “*Belo Monte*” em 2001 quando foi julgada procedente uma Ação Civil Pública – pedida pelos Procuradores Federais em nome dos indígenas da Terra Paquissamba liderados pelo cacique Manoel Juruna e em nome das entidades populares da região de Altamira.

Decretada então a suspensão do processo de licenciamento ambiental que a Eletronorte havia iniciado junto ao governo do Pará (Sectam - Secretaria de Tecnologia e Meio-Ambiente); uma forte razão para tal é que a instância adequada para conceder tal licença seria a federal (IBAMA). O rio atravessa Mato Grosso e Pará, é bi-estadual, e os impactos dos projetos também o são.

Registramos aqui um discurso típico do “lobby” pró- usina no Xingu: trechos de um pronunciamento feito em 13 de junho de 2001, na Câmara Federal pelo deputado paraense Nícias

Ribeiro (PSDB), criticando a decisão judicial que atendeu a petição do MPF, impugnando o convênio entre a Eletronorte e a Fadesp, ligada à UFPa, cujas equipes estavam elaborando o Estudo de Impacto Ambiental:

“A construção da hidrelétrica de Belo Monte, como já o dissemos, causará quase nenhum impacto ambiental na região, uma vez que ficarão alagadas permanentemente apenas as áreas que ficam sob as águas nas enchentes que ocorrem todos os anos, a cada inverno”.

Nas frases finais, o deputado revela quem é seu profeta e qual é o seu Deus:

“Concluindo, Senhor Presidente, entendemos que os ilustres Procuradores da República deveriam se inteirar melhor sobre o projeto da hidrelétrica de Belo Monte, que ainda é um projeto básico, - para que suas ações não sirvam apenas para criarem embaraços judiciais, que em nada ajuda o Pará e muito menos ao Brasil, que mais que nunca precisa aumentar a sua capacidade de geração de energia elétrica, para afugentarmos de vez o risco do “apagão”. Belo Monte, como disse o Engenheiro José Antonio Muniz – presidente da Eletronorte, “é o mais perfeito e o mais belo projeto de engenharia do mundo... porque Deus fez tudo, deixando que os homens construíssem apenas a barragem e as turbinas”^{iv}.

No campo mais pagão dos negócios, registremos que a maior fonte de influência de um presidente da Eletronorte (que pode até se tornar presidente da Eletrobrás e Ministro, como Silas Rondeau, uns anos depois) é a eletricidade de *Tucuruí*, cuja maior parte é vendida para

- as atividades de mineração em Carajás, e para indústrias metalúrgicas
- a CCM que fabrica ferro-silício em Tucuruí (onde a Camargo Correa é sócia de capitais estrangeiros),
- a Alunorte e a Albrás que fabricam alumina e alumínio ao sul de Belém (cujos donos são consórcios de empresas metalúrgicas japonesas, e algumas de origem brasileira, como a CVRD, a “Vale”)
- a Alumar que também fabrica alumina e alumínio, na ilha de São Luís (propriedade da empresa americana Alcoa com vários sócios, inclusive a mesma Camargo Correa).

Naquela época já se sabia que essa “venda” de eletricidade pela Eletronorte por um preço inferior ao próprio custo de produção significava um prejuízo muito grande para a empresa e o grupo que a controla, a Eletrobrás, e para os demais consumidores brasileiros, “buracos” do tamanho de centenas de milhões de reais por ano. (ver Lucio Flavio Pinto in SEVA, org, 2005)

Mais recentemente, desde o começo do primeiro período de governo Lula-Alencar, em 2003, estão tentando ressuscitar o projeto *Belo Monte* que já havia morrido duas vezes, e tentam manter vivos – e bem escondidos - os demais projetos no rio Xingu (de nomes *Babaquara*, *Ipixuna*, *Kokraimoro* e *Jarina*) e no rio Iriri (*Cachoeira Seca*). No semanário O Pasquim 21, de 31.10.2003, nas paginas 13-16 lia-se um “entrevistão” com o líder ambientalista deputado Fernando Gabeira. Selecionei esse trecho duplamente revelador: de um artista gráfico e cartunista famoso que não tem vergonha de se deixar

iludir e errar redondamente, e do experiente deputado que não tem vergonha de ser ambientalista e moderno:

Zivaldo – *E Belo Monte ? Fui lá ver e achei fantástico! Dá para produzir metade da energia de Itaipu com um lago cem vezes menor. Mas tem umas ONGs lá que não deixam o projeto andar.*

Deputado Gabeira: ... *“As grandes barragens hoje estão praticamente condenadas. A ONU estudou as principais barragens do mundo e concluiu que elas acabaram gerando mais problemas do que solucionando. No Brasil, temos um grande número de famílias que foram deslocadas por barragens, Belo Monte vai desalojar 6 mil pessoas, além de desequilibrar toda a bacia do Xingu. O Xingu é um rio visceral para o Brasil, inúmeras nações indígenas vivem à sua margem. [...] Num primeiro momento, quando Belo Monte se chamava Kararaô, fizemos um encontro em Altamira e recuaram da construção da barragem. Agora reduziram o projeto, vieram com o nome de Belo Monte, mas ainda é preciso um grande debate sobre o relatório de Impacto Ambiental, levando em conta as coordenadas já levantadas pela ONU.*

Uma outra pérola da argumentação viciada dos arautos do grande capital que se auto- apresentam como “analistas econômicos” pode ser exemplificada no trecho extraído de artigo publicado em 10 de novembro de 2003, por Carlos Alberto Sardenberg no “O Estado de São Paulo”, intitulado pomposamente *O Impasse Ambiental*. Ao colocar na berlinda o projeto de usina no Xingu, consegue em seis linhas passar adiante cinco erros e falseamentos

“A Usina Belo Monte, no Rio Xingu, no Pará, com capacidade de gerar 12 mil Megawatts é essencial no planejamento do Ministério de Minas e Energia. Todo mundo sabe que se não houver investimento agora, o País não crescerá por falta de energia dentro de quatro, cinco anos. Belo Monte é considerada por engenheiros como um exemplo de projeto moderno, com prejuízos mínimos ao meio ambiente. Também está bloqueada no Ministério do Meio Ambiente. Há ambientalistas xiitas que simplesmente querem banir hidrelétricas, estradas e rodovias de toda a Amazônia.”

A Eletronorte ainda é estatal, mas agora está bem mais claramente atada às empresas “conveniadas” com a Eletrobrás para levar adiante a penosa fase de estudos e licenciamento do *Belo Monte*: a de sempre Camargo Corrêa, mais as “irmãs” Odebrecht e Andrade Gutierrez. Em conjunto, elas gastam desde então, recursos e homens - hora especializados em grande quantidade, e mais milhões por ano em propaganda e em cooptação, para que sua grande criação energética, mas antes disso, sua criação política a e territorial se concretize.

Em Altamira e região, e na capital paraense, voltaram os tempos de assédio - sobre todas e todos por parte da Eletronorte e de seus lobbistas, que haviam sido antes auxiliados pelos pesquisadores por ela contratados na Universidade Federal do Pará (através da Fundação Fadesp), depois, foram auxiliados pelo pesquisadores contratados na Universidade de Brasília (através do Centro de Desenvolvimento Sustentável) e que foram encarregados de preparar um plano chamado de “Inserção regional do empreendimento”.(ver nota).^v

Assédio sim, pois é isso o que sentem até hoje as pessoas da população, em especial os professores das escolas e faculdades, os pescadores profissionais, os índios Juruna na aldeia Paquissamba. De todo modo, foram devidamente mapeadas (e muitas vezes) caluniadas as lideranças regionais contrárias ao projeto - as entidades de mulheres, sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas e representações de assentados do Incra em lotes nos travessões da Transamazônica, mais os religiosos, missionários e grupos leigos das Comissões Pastorais da Terra e da Juventude, do CIMI. Esse conjunto representa uma força social bem distinta daquilo que a mídia empurra, maniqueísta, como se fossem “ambientalistas radicais”, não raro, como se fossem “estrangeiros querendo sabotar” o progresso do país.

Um novo impulso, vindo dos estudiosos, entidades, lideranças.

Em maio de 2005, um novo livro representando o esforço coletivo de vinte pessoas, explicita esse assédio em artigos assinados por lideranças locais e pelo bispo católico dom Erwin Krautler, o qual ainda hoje permanece fustigado pelos barrageiros, madeireiros e grandes golpistas que atuam em Altamira, e tem que andar protegido por agentes policiais. Algumas questões cruciais são re-colocadas por vários estudiosos e lideranças que escreveram nesse livro “Tenotã Mo. Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu, Pará”^{vi}

Primeiro, com relação aos indígenas, permanece uma razão forte para que eles sejam consultados – os que ficaram dentro das Terras Indígenas reconhecidas e homologadas, para que o Senado então aprove o projeto *Belo Monte*: o cacique Manuel e seu povo Juruna teriam na fachada de sua aldeia um riozão seco, o quê restar de um grande rio se tiver sua vazão reduzida para 20, 30, 40% do usual, e nos fundos de sua terra teriam nesgas de mata entre canais e represas interligadas, estradas e faixas de passagem de linhas elétricas . Simplesmente não haveria como minorar os transtornos e prejuízos.

Entretanto, além deles, centenas de famílias de etnias Xipaia, Arara, Kuruaia, Jurunas, e de cruzamentos deles com outros brasileiros, ditos “índios desaldeiados”, vivem fora de áreas reservadas, fora das denominadas Terras Indígenas ou TIs. Moram há gerações em colocações isoladas, bairros rurais ribeirinhos e algumas vilas, nas barrancas e nas ilhas do Xingu, vivendo de roça, criação animal e ainda um pouco de caça, da castanha, de algum garimpo que resiste, da pesca pra comer e pra vender e até da captura de peixes ornamentais (cari, para exportação).

Famílias com grande proporção de mulheres esperam todo mês a renda de algum pensionista do Funrural, de aposentadoria, do reforço enviado por filhas e filhos que se foram “pra cidade”, que pode ser Altamira logo ali, Belém ou São Paulo. São brasileiros, índios, pobres e não serão consultados por ninguém; suas vidas seriam transtornadas para sempre , pois

- ou ficariam no trecho seco do rio - ou seriam expulsos pelas represas.

Segundo, há uma razão de Estado, independente dos fatos acima, para que a obra não seja feita na cota máxima prevista para a represa: a sede do município mais extenso do país, Altamira, sofreria uma convulsão urbano-demográfica e uma degradação definitiva das condições de vida. Caso se formasse uma das represas do projeto *Belo Monte* (a represa na calha do rio, desde a ilha Pimental até a cidade e um pouco rio acima) haveria provavelmente profundas conseqüências negativas nas áreas mais baixas, provavelmente abaixo da cota 98 metros de altitude. A subida da água represada atingiria a fachada de alguns quilômetros de barrancas do Xingu na área urbana e proximidades, além de cobrir muitos hectares de várzeas dos igarapés Ambé, Altamira e Panelas, chamadas pelo povo de “baixões”. Estimo que seriam desalojados de suas casas, lotes e barracos quase dez mil moradores atuais (contingente que aumenta ao longo do tempo, em 2001 a estimativa oficial era de oito mil). Indiretamente toda a cidade seria bastante alterada, pois a malha urbana e os bairros atuais seriam divididos e reagrupados pelos três braços de represa, o micro clima mudaria com evaporação e emanações bem maiores do que atualmente.

Seria muito provável a poluição da água represada, por causa de esgoto não tratado e da retenção do material trazido pelas correntezas dos igarapés e das águas pluviais, tudo levando para um patamar alto de risco de contaminação geral dos lençóis freáticos e do solo. Repetir-se-ia, mais uma vez, aquilo que se constatou, nas décadas de 1980 e 1990, em cidades ribeirinhas de represas como Nova Petrolândia em Pernambuco (represa de *Itaparica*, CHESF, rio São Francisco) e como Pereira Barreto em São Paulo (represa *Três Irmãos*, rio Tietê e seu canal de interligação com a represa *Ilha Solteira*, ambas da CESP).

A terceira morte do Belo Monte não ocorreu até Julho de 2007.

Mas, estará decretada se e quando ficar claro o fracasso dessa tentativa de licenciar *Belo Monte* ainda durante o segundo governo Lula - Alencar (2007-2010), tentativa iniciada lá atrás, na campanha eleitoral de 2002, significando quase uma ressurreição do projeto de hidrelétricas no Xingu - por intermédio da aliança estabelecida entre o PT-PL (majoritários no pleito presidencial mas sem maioria congressual). Notável também foi a euforia afetando os grupos políticos interestaduais do ex-presidente Sarney e do ex-governador Jader Barbalho, intimamente ligados aos grandes capitais que implantaram na região o pretensioso programa “Grande Carajás”. Sobre tais grupos há indícios fortes de atuação concatenada entre interesses na órbita multinacional (como as “irmãs do alumínio” Kaiser, Alcoa, Billiton, Reynolds, Alcan, a CVRD desde a era do presidente Eliézer Batista) - interesses em instâncias

nacionais na antiga Sudam, no banco BASA, nas empresas de eletricidade Eletronorte, Celpe e Cemar, e - interesses nas empresas de construção regionais e de porte internacional (como as dos grupos Andrade Gutierrez, Camargo Correa, EIT, Engevix, CR Almeida e tantas outras). Essa terceira tentativa de concretizar o projeto das hidrelétricas no Xingu, ao invés de desabrochar, se transformou numa agonia lenta desde 12 de julho de 2005. Naquele dia os congressistas em Brasília votaram às pressas um decreto legislativo (no. 788, apresentado pelo deputado Fernando Ferro, PT-PE, e relatado no Senador pelo ex-presidente Sarney, PMDB-AP) para supostamente atender ao prescrito no artigo 231 da Constituição Federal.

Suspeitando de manobra parlamentar sem o devido rigor, o Ministério Público em conjunto com entidades de peso na cena ambiental, como o ISA – Instituto Sócio Ambiental e o Greenpeace, entram com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o STF. Afinal o decreto de algum modo autorizava o poder público a prosseguir com a implantação do projeto, mas isso sem consulta prévia às populações indígenas que seriam afetadas. Essa “Adin” também foi considerada improcedente e o “*imbroglio*” jurídico prosseguiu por mais dois anos, como veremos. Um dos problemas mais graves desse quadro constitucional é que deveriam ser consultados apenas os índios residentes na Terra Indígena Paquissamba, que ficariam no “trecho seco” do Xingu. Nem os demais índios e seus descendentes “desaldeiados” nas barrancas do Xingu, nem os que residem em Altamira, centenas deles, nem os não índios, seus vizinhos, milhares no total serão consultados. Claro, se houver - e dependendo de como sejam conduzidas - as Audiências Públicas obrigatórias, convocadas pelo Ibama para apreciar os Termos de Referência da licença ambiental, e posteriormente o EIA – tais cidadãos poderiam nelas estar presentes e até se manifestar, mas Audiência Pública não é consulta legal.

Enquanto isso, a Eletronorte criava um consórcio de municípios englobando vários outros além dos diretamente atingidos (Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Anapu e Altamira) e com isso vão alimentando as expectativas e se preparando para a hipotética distribuição dos “royalties”, na realidade, uma compensação financeira que todo município brasileiro que perde terras para obras e represas hidrelétricas, tem direito a receber dos proprietários da usina.

Para acostumar a população com uma suposta inevitabilidade do projeto, encomendou-se a feitura de uma grande maquete das represas e barragens da obra *Belo Monte*, deixada durante meses em exposição num “stand” oficial na avenida João Pessoa, a “beira-rio” de Altamira, onde também construíram e equiparam um denominado “centro cultural”, com computadores, Internet e espaço para palestras, cursos e mostras.

No mesmo mês de julho de 2005, enquanto em Brasília senadores e deputados se esmeravam em atender o “lobby” barrageiro, em Altamira, os dirigentes da Igreja Católica e as comissões pastorais de defesa dos índios (CIMI) e dos trabalhadores rurais e assentados do Incra (CPT), mais as entidades do movimento de mulheres promoviam dois grandes eventos, um no auditório municipal e outro na praia do “Seis” na beira do rio Xingu, para apresentar e comemorar a publicação do livro “Tenotã Mõ. Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no Xingu”. Outros eventos de lançamento ocorreram depois em São Paulo na livraria FNAC, em agosto, no IFCH –Unicamp em outubro, e num auditório da Assembléia Legislativa do Pará, em Belém, em março de 2006. Esse evento aproveitou a programação de uma “Semana mundial da água”, e teve um único parlamentar presente, o deputado petista Airton Faleiros, que propôs o adiamento das Audiências Públicas sobre o termo de Referência do novo EIA de Belo Monte, as quais já estavam marcadas pelo IBAMA para os dias 29 e 30 de março nas cidades de Altamira e Vitória do Xingu... e que acabaram não acontecendo.

“Vamos pedir também que o governo federal designe alguém fora dos quadros da Eletronorte e da Eletrobrás para fazer a interlocução com os movimentos sociais. Se a conversa for que alguém que está acima das estatais, o diálogo pode ser facilitado” (...)

“O que estamos vendo são políticos que já começaram a difundir falsas informações sobre o reinício dos estudos de viabilidade de Belo Monte. O que o Ademar Palocci, diretor de engenharia da Eletronorte me disse em Brasília foi que o primeiro passo para a retomada dos estudos de viabilidade é a elaboração de um termo de referência, que vai ser debatido com a sociedade civil que está na área de influência do projeto”, disse Airton Faleiro.^{vii}

Quem de fato seria atingido e por qual tipo de conseqüência do projeto?

Desde 1989, vários grupos indígenas se consideram de algum modo atingidas pelo projeto *Belo Monte*, e se posicionam publicamente contra o projeto. Os mais proeminentes são os Kaiapó, que historicamente migram em quase todo o vale do Xingu, e somam alguns milhares em algumas Terras Indígenas numa vasta região entre o Oeste de Marabá, São Felix do Xingu e quase todo o sul do Estado do Pará entre as rodovias PA-150 e BR-163. É evidente que uma obra na Volta Grande do Xingu pode afetar todo o curso do rio acima daquele ponto, mas em termos de alagamento de terras não é toda essa área geográfica que está ameaçada. É comum o uso da expressão *Complexo Belo Monte*, e com isso, algumas pessoas podem achar que Belo Monte seria um conjunto de usinas, porque de algum modo foi divulgado naquela época, 1988, 89 que cinco aproveitamentos hidrelétricos haviam sido inventariados no Xingu paraense e um no Iriri.

Nunca tive oportunidade conversar com algum Kaiapó para dirimir tais dúvidas, mas suponho que alguns deles mas não muitos, devem ter a noção exata do que seja e onde seja o *Belo Monte*, projeto que se localiza bem ao Norte de suas terras atuais, lá perto de Altamira, onde não residem muitos

Kaiapó (apenas os da TI Trincheira, no rio Bacajá e um pequeno grupo na TI Kararaô). Num entorno geográfico bem próximo do projeto *Belo Monte*, residem em terras homologadas os índios Juruna, sempre mencionados como ameaçados pelo projeto, e são mesmo!. Um pouco mais distantes residem índios Arara, Asurini, Araweté, Parakanã (alguns dos quais foram atingidos no Tocantins pelas obras de *Tucuruí*), etnias praticamente ausentes do noticiário e da movimentação de lideranças e entidades.

"Entre os dias 28 de março e 01 de abril de 2006, às margens do rio Xingu na aldeia Piarauçu, no Mato Grosso, reuniram-se 200 índios Kayapó, entre lideranças e guerreiros. Também participaram do encontro lideranças Panará, Juruna e Tapayuna. A pintura preta usada por eles no encontro, cobrindo metade do rosto, expressa o estado de espírito dos índios: "estamos bravos", a guerra é possível.

Esse mesmo estado de espírito foi registrado anteriormente por lentes de todo o mundo. Era 1989 e várias etnias protestavam em Altamira contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte. Na ocasião, a índia Kayapó Tuira, de facão em punho, foi a expressão máxima da resposta dos índios à obra. Assim foi a primeira parte do encontro no Piarauçu: uma viagem no tempo, os índios novamente discutiam o fantasma de Belo Monte que insiste em assombrá-los. A resposta continua a mesma: um "não" coletivo. Desta vez, uma velha índia Kayapó empunhava o facão afiado e garantia estar pronta para usá-lo.^{viii}

Índios e índios de Altamira na cerimônia realizada na beira do rio Xingu, que incluiu o batismo do recém-nascido no casis da cidade, 14.07.05



Dona Cândida Juruna recitando sua poesia de cordel no palco da Casa da Cultura, durante o lançamento do livro *Tenotã Mõ* fotos O. Sevá



Foto: Carmen Figueiredo



1. e 2. Índias no lançamento do livro *Tenotã Mõ* em Altamira, PA julho 2005 3. Encontro de lideranças Kaiapó e outras em Piarauçu, MT 01 abril 2006 4. A celebridade Gisele Bündchen no lançamento da sua participação na campanha do ISA: *Y-Ikatu-Xingu* para a proteção das nascentes e do trecho mato-grossense da bacia fluvial, em maio de 2006

Maio 2006 a Julho de 2007: as últimas do vai-e-vem jurídico e político do licenciamento.

Tornam-se conhecidos e polêmicos alguns personagens destacados como Juizes locais e na capital (dr. Herculano Nassif, em Altamira e dr. Rubens Rollo Oliveira, em Belém), Procuradores (dr. Felício Pontes Jr, em Belém p.ex.), uma Desembargadora do TRF (Selene Almeida, em Brasília). Essa “midiatização” dos casos jurídicos não é rara, mas no caso do Xingu ocorre de modo peculiar, deslocando-se para os tribunais e gabinetes uma boa parte da luta que tem raízes bem mais dispersas na sociedade e na política nas esferas local, nacional e internacional. Naquele mês, num intervalo de dez dias, a decisão do Juiz de Altamira “liberando” o prosseguimento do licenciamento ambiental foi desqualificada por uma decisão da Desembargadora em Brasília, por causa de recurso interposto pelo

Procurador em Belém. Na matéria de jornal O Liberal de Belém (25 de maio) uma pequena transgressão editorial esclarece afinal “de que lado” está o Ibama que deveria avaliar e conceder ou não a licença:

Os defensores da hidrelétrica - Ibama, Eletronorte e Eletrobrás - apresentaram pelo menos 3 recursos ao TRF1 e outro à Justiça Federal de Altamira, tentando liberar o começo imediato dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA), mas a estratégia de provocar tumulto processual só obteve sucesso na primeira instância, em Altamira, onde o juiz Herculano Martins Nacif se manifestou a favor dos barrageiros.

Mas a mesma matéria foi bem orientada quanto a uma função crucial da Eletronorte, a qual além de gerenciar os contratos lesivos da sua enorme Tucuruí, vem se especializando em ser um escritório de projetos que depois serão “vendidos” aos efetivos operadores das futuras usinas.

Agora, com a nova decisão de segunda instância, a revogação de Nacif é anulada e sai mais uma vez vitorioso o entendimento do Ministério Público Federal, de que há risco de desperdício de dinheiro público se forem iniciados os Estudos antes do julgamento do mérito da questão. Teme-se a repetição do que aconteceu em 2001, quando as normas legais não foram respeitadas e um Estudo de R\$ 8 milhões acabou invalidado. A própria Eletronorte, em um dos recursos derrotados que apresentou diante do mesmo TRF1, reforçou inadvertidamente essa linha de raciocínio, ao informar que já foram gastos aproximadamente R\$ 52 milhões até agora em estudos de viabilidade da hidrelétrica.

Ainda naquele mês, teve boa repercussão a publicação de um estudo técnico-econômico feito por pesquisadores do ITA, em São José dos Campos, SP, obrigando alguns engenheiros da Eletronorte e da Eletrobrás a saírem desmentindo dados e desqualificando métodos utilizados pelos autores e por relatórios por eles consultados – justamente sobre a pouca garantia de energia elétrica no período do verão amazônico.^{ix}

O gerente de Coordenação de Empreendimentos da Eletronorte, Luiz Fernando Rufato, diz que o argumento de Wilson Sousa Júnior de que Belo Monte é uma crise planejada para forçar a instalação de outras usinas rio acima no Xingu é "mentira", e que os dados existentes hoje sobre outros aproveitamentos hidrelétricos no rio, que a nova análise utilizou, são "caducos". "Não existe nenhum inventário do potencial hidrelétrico do rio Xingu", afirmou Rufato. Segundo ele, os estudos anteriores foram descartados pela Eletrobrás porque não levavam em conta impactos sobre as terras indígenas da região, e um novo inventário ainda não foi feito porque os estudos sobre Belo Monte foram interrompidos pelo Ministério Público em 2001. Rufato diz que os engenheiros da Eletronorte "não são idiotas" a ponto de não levar em conta o período em que a usina ficará parada em razão da baixa do rio. "Belo Monte só é viável se for interligado ao sistema elétrico nacional. E o sistema de transmissão é parte dos estudos de viabilidade da usina", afirmou. "Belo Monte é barata." ·

No Diário do Pará já mencionado, uns dias depois, numa matéria sobre os leilões de eletricidade previstos pela ANEEL, aparece uma pista a posição mais realista da Eletronorte, quer será apenas uma sócia menor de grandes grupos capitalistas internacionais e nacionais que de fato ganharão aqueles leilões, se e quando ocorrerem.

E de olho nestes novos empreendimentos, tendo como vantagem o amplo conhecimento da região Amazônica, que o presidente da Eletronorte, Carlos Nascimento aposta num resultado positivo. “A Eletronorte quer fazer parte destes grandes empreendimentos. Estamos nos preparando para o leilão em maio da usina do rio Madeira e Belo Monte, para o primeiro semestre de 2007”, pontua.

Enquanto isso, os poderosos grupos pró - barragens de Altamira e região, reagindo ao acolhimento pelo TRF 1ª. Região do pedido de suspensão do licenciamento ambiental, organizam uma manifestação de rua, com uma paralisação parcial do comércio no centro da cidade.^x. Faixas com frases de efeito sobre o progresso, o desenvolvimento, etc e algumas agressivas contra os “do outro lado”, ver fotos anexas. A manifestação teve participação de alguns milhares de pessoas, muitas arrematadas em troca de pequenas quantias e lanches, e foi organizada pelas entidades patronais, pecuaristas, madeireiros e terá sido apoiado também por entidades como o Rotary, o Lyons Club e igrejas evangélicas. Houve no mesmo dia depredação de uma sede de entidade contrária ao projeto, disseram que o vandalismo partiu de uma entidade de estudantes de Agronomia chamada Bioambiente, a qual já havia feito parcerias com empresas do empreiteiro paraense Cecílio do Rego Almeida, as quais vêm sendo acusadas de apropriar irregularmente grandes extensões de florestas na Terra do Meio, justamente entre os rios Iriri e Xingu.



fotos 5 e 6 Manifestação dos grupos pró-Belo Monte no centro de Altamira em junho de 2006.



BELO MONTE
JUSTIÇA LIBERA RETOMADA DO PROJETO DA HIDROELÉTRICA.
COMPRE SEU TERRENO ANTES QUE ESSA NOTÍCIA INFLACIONE OS IMÓVEIS DA CIDADE.
ALTAVILLE II - Lote de 240m² Financiados em até 60 meses totalmente legalizado. Com Luz, Vista para o Rio Xingu
3515-0133 / 9126-6016
 Siqueira
 ALTAVILLE II - 2007
 Quadra 04 - Casa 34 - Conj. Alberto Soares

foto 7. outdoor em Altamira, PA, dias após a prolação do decreto legislativo federal 788, julho de 2005. 8. faixa no auditório municipal Jarbas Passarinho, Altamira, PA, no lançamento do livro *Tenotã Mõ*, julho de 2005 9. Panfleto distribuído em Altamira, PA em janeiro de 2007, poucos dias após mais uma das “liberações” dos estudos de Belo Monte pelo juiz Nacif.

Em resumo, a situação se agrava e fica mais clara. Já se sabe que desde 2004, o governo aceitou que os grandes grupos capitalistas Andrade Gutierrez e Odebrecht se juntassem ao grupo Camargo Correa, cujo escritório CNEC – o qual inventou os projetos no Xingu lá nos anos 1970... continua avançando no detalhamento do projeto e do novo Estudo de Impacto ambiental, visando agora conseguir obter, pela primeira vez, a licença ambiental prévia junto ao Ibama.

Se for obtida essa L.P., um montante de eletricidade futura da usina *Belo Monte* – que seria produzida nos anos iniciais de sua operação - iria então a leilão pela ANEEL, e os vencedores desse leilão é que seriam os “donos do negócio”, e ... se antes de pronta a obra, eles não passarem adiante a sua fatia de capital, a sua parte no consórcio vencedor, aí seriam os operadores da usina.

Nessa hipótese, os destinos possíveis da Eletronorte são variados: poderá nem participar da licitação, ou, participar e perder, ou então, poderia ser uma sócia minoritária do grupo vencedor, com alguns pontos percentuais de um pacote total da ordem de 20 a 30 bilhões de reais, e provavelmente não tomaria as decisões operacionais e comerciais caso a usina seja feita.

A empresa estatal supostamente do “Norte brasileiro”, com sua sede em Brasília, está sob grande influência dos mandatários maranhenses e paraenses. Nunca pode esconder sua imensa dependência das grandes construtoras, às quais ainda deve, ou com as quais ainda tem negócios, nem negar a sua íntima relação com os grandes escritórios de projetos e de consultoria. Na cena regional porém, seu papel é triste: está servindo cada vez mais de intermediário, fazendo a politicagem nos municípios e nas entidades de classe e de moradores. De tudo guardará apenas a função de “biombo” para camuflar os verdadeiros agentes econômicos da “jogada Belo Monte”. Esses sim, são praticamente as mesmas grandes forças econômicas da indústria internacional e nacional que insistem em tornar irreversível o projeto, para acrescentar ainda mais lucros bilionários com a exportação de produtos que gastam muita eletricidade, basta que nós continuemos a pagar a diferença do prejuízo!

II. a nação diante da miragem dissimuladora

Nos mesmos primeiros meses de 2007, desabrochou de vez a eclosão das miragens dissimuladoras enquanto aumentou muito a pressão por parte daqueles porta-vozes renomados do mundo dos altos negócios no Brasil. O ex – presidente Sarney do alto de sua coluna semanal na pág 2 da Folha de São Paulo desandou com ironias sobre um piloto que queria transformar lodo do manguezal em

combustível para aviões, ridicularizando cada cidadão que tenha alguma motivo para desconfiar ou criticar os mega-projetos; dias depois, foi a vez do ex - ministro Delfim Netto e assim até Julho, quando o Ibama esfacelado e desmoralizado concedeu a LP para os projetos de usinas no rio Madeira. Na semana iniciada pelo feriadão do Dia do Trabalho, tivemos enfim um êxtase nessa orquestração de vários anos, a seguir.

Capim Branco II, evento midiático revelador dos interesses de classe.

Na quinta feira três de maio de 2007, foi inaugurada no rio Araguari, bacia do Paranaíba, a hidrelétrica *Capim Branco II*, a segunda da dupla de usinas feitas pela Cemig (meio estatal de MG meio estrangeira), pela CVRD, a maior da mineração internacional, ex-estatal hoje nas mãos de poucos grupos financeiros locais e estrangeiros, e pelo Votorantim, o maior dentre os conglomerados de origem brasileira, cada vez mais ponderável na indústria elétrica e grande usuário de eletricidade em suas operações de celulose, de bauxita e alumínio, de níquel e zinco.

A efeméride foi uma fotografia fiel, embora incompleta, da atual composição que comanda a economia brasileira e que verdadeiramente pauta o governo, define os alvos e a ênfase das ainda chamadas “decisões governamentais”. O rito da repetição reforça o culto às personalidades empresariais - o par de novas usinas foi batizado com o nome de Amador Aguiar, o patriarca fundador do Bradesco, grupo financeiro considerado outro grande “player” na eletricidade, através da razão social VBC, - na qual V é o mesmo Votorantin, e C é a Camargo Correa, empreiteira crescida mais do que outras durante a ditadura militar e o governo Sarney. Três grupos empresariais dentre poucos capitais internacionais, grupos que atuam em vários países, e que têm escalas internacionais, mas que são de origem brasileira.

Braço de ferro dentro de casa, e um chute no vizinho.

O presidente Lula, no palanque da inauguração da usina *Capim Branco*, entre empresários e o governador de MG Aécio Neves, ameaçou a Nação:

“Nós temos duas alternativas concretas e quero dizer aqui para os empresários: ou nós fazemos as hidrelétricas que temos que fazer, vencendo todos os obstáculos, ou nós vamos entrar na era da energia nuclear”. (...) “Não temos escolhas. Ou fazemos o que tem que ser feito e aí precisamos todos conversar com o Ministério Público, com as entidades de meio ambiente, com as ONGs, com os tribunais de contas, ...aproveitar que o papa está vindo e conversar com o papa, porque o Brasil não pode parar por falta de energia!”(...)

Nem mesmo teve o presidente a exclusividade da ameaça chantagista, pois um despacho da agencia Reuters no mesmo dia 03 de maio de 2007, relatava uma bravata do então ministro Silas Rondeau, sempre na linha de *“se não puder fazer essas usinas no rio Madeira, faremos as térmicas queimando combustíveis fósseis e as nucleares”*. O presidente ex-líder operário mais do que honrou as

personalidades do palanque, identificando-se com a supremacia deles; não alegou dessa vez, que estavam em jogo as necessidades básicas da nação ou os interesses do povo.

(...) “Nenhum empresário virá investir no Brasil nos próximos anos, se nós não dermos a certeza de que o País terá energia para oferecer às indústrias”.^{xi}

Ainda em Maio de 2007, cinco dias depois do *Capim Branco*, a ministra da Casa Civil, com pose de Chefa de Estado, deu o mesmo recado para as redes nacionais de TV, com as mesmices energéticas que confundem as massas e embaralham até uma parte dos estudiosos acadêmicos. Na coletiva de imprensa dia 14 de maio, o Presidente esclareceu que é ele quem manda:

“Nós vamos ter que fazer as hidrelétricas protegendo a natureza, conciliar a com a geração de energia. Se houve divergência entre ministérios, entre a Dilma e a Marina ou outro ministro, isto acaba quando chega na minha mesa. Aí vai prevalecer a decisão de fazer (“) não posso passar o governo em 2010, e deixar de presente a ele um novo apagão!”“.

À noite, no editorial do Jornal da TV Band, um dos âncoras, Joelmir Betting leu, raivoso como o presidente, algo como “os ambientalistas querem sim! atrasar a concessão das licenças das hidrelétricas do Madeira!”. No jargão das mesas de carteadado, isso seria um bom blefe: quase ninguém quer de fato atrasar a concessão, talvez algum Procurador que queira fazer bem direitinho para salvaguardar o interesse público, a letra da lei e as próprias empresas. Contudo, é verdade que algumas entidades, muitos moradores e vários outros brasileiros querem, sim, é repudiar o projeto, querem sim, evitar que a licença seja concedida, evitar que a obra seja feita, que o fato seja consumado. Para esses, não se trata de atrasar as licenças ou as obras!

Enquanto isso, no mesmo primeiro semestre de 2007, uma coletânea de estudos feita por entidades e pesquisadores bolivianos é publicada com o título de “*El Norte amazonico de Bolívia y el complejo del rio Madera*”^{xii}. Alertam para o fato do Madeira ser um “rio de águas claras” cujos fluxos de água e sedimentos têm origem predominante nos terrenos de neve , no degelo de geleiras, nos lagos de altitude e nas chuvas torrenciais do piemonte dos Andes.

Por isso, o processo de assoreamento natural que ocorre em trechos de remanso do rio com meandros, ilhas e praias, se intensificará após a formação da represa, e por isso, no caso da represa da usina chamada Jirau, ela teria na prática área alagada bem maior do que a prevista, atingindo de fato terras bolivianas na forquilha formada pelo encontro dos rios Abunã e Madeira. Seria represado também um trecho do rio Abunã, e um trecho boliviano do próprio rio Madeira - Beni subindo na direção de Cachuela Esperanza.

Finalmente, na terça 10 de julho de 2007 foi concedida a Licença Prévia dos dois projetos, e toda a orquestração da mídia se tornou uma congratulação mútua festiva, ressaltando sempre que *será tomado*

cuidado com o meio ambiente. Repetiram ainda mais sonoros os “mantra” que vão sendo forjados nesse novo ciclo de submissão:

"Todo projeto tem impacto, mas um mesmo projeto pode ter mais benefícios ou mais perdas. As condicionantes são um balizador desse processo", disse o diretor de licenciamento do Ibama, Roberto Messias.

O presidente do Ibama negou ainda que a construção da usina possa impactar a Bolívia, para onde segue o Rio Madeira. "Não há impacto além da fronteira", disse Margarido.^{xiii}

Decodificar essa chantagem e a miragem dissimuladora

1. Hidro x nuclear, até a chantagem é requeitada. No discurso presidencial de 2007 se reproduz uma chantagem que parece recém construída, mas que tem quase vinte anos de utilização oficial, se consideramos o registro feito pelo documentário “*Kararaô um grito de guerra*” (TV Cultura, repórter Especial, 1989) quando o entrevistado engenheiro José Muniz Lopes, na época diretor de Engenharia da Eletronorte, foi incisivo ao declarar que não havia alternativas: [“*ou hidrelétricas na Amazônia – ou nuclear, concordo com as duas*”].

2. O projeto *Belo Monte* não será da Eletronorte. São enormes as limitações e a impossibilidade mesmo da empresa estatal em bancar um desembolso de no mínimo 11 bilhões de dólares. Esse montante aqui mencionado não foi obtido em informes oficiais e sim, supondo: a) 1ª. Fase do projeto: construção civil completa de três barragens (uma no rio Xingu abaixo de Altamira, Ilha pimental, outra para um vertedor auxiliar no igarapé Paquiçamba, e no igarapé Santo Antonio, na margem esquerda do rio Xingu acima de Vitória do Xingu); b) mais uma dúzia de canais e dezenas de km de diques; c) uma casa de força com prédio do tamanho definitivo, porém metade “motorizada”, com dez grupos turbo - geradores de 550 MW (ao invés dos vinte previstos). Tal obra poderia ter um índice de custo de investimento de 2 mil dólares por kW a instalar, uma espécie de média internacional para mega-usinas. Mas o custo real de tais obras, na hipótese de ser iniciada daqui uns anos, poderá ser bem maior.

A Eletronorte na prática ficará reduzida a ser um sócio minoritário do projetos, importante porém aritmeticamente abaixo de 10% do total, mais importante por que está há décadas servindo de fachada, jogando seu peso político na “região de influencia” do projeto, nas cidades da Transamazônica desde Anapu até Rurópolis, e principalmente em Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio, municípios que receberiam as maiores fatias de compensações financeiras pela perda de terras, uma espécie de “royalties”. A estatal também continua gastando dinheiro público em estudos e projetos, detalhamentos e outras missões técnicas as quais mais tarde serão ressarcidas por quem realmente pilotasse o projeto da usina, e para tanto deveria adquiri-lo da Eletronorte pelo custo do detalhamento e

desenvolvimento do projeto. Exatamente como já aconteceu na implantação dos projetos de usinas de Canabrava e Lajeado no Tocantins.

3. Nem os projetos *Santo Antonio* e *Jirau* serão de Furnas. A soma dos projetos está por enquanto orçada em 15 bilhões de reais, uns 7,5 bilhões de dólares ao câmbio de meados de 2007. Com essa ordem de grandeza financeira, somente um “pool” de bancos incluindo-se o próprio banco estatal BNDES e grandes capitais financeiros internacionais é que poderia avançar tais somas e ficar aguardando até dez anos, ou mais, para começar a ter juros e principal re-embolsados, durante um prazo também longo, de quinze, vinte anos ou mais. E também por isso, nem a Eletronorte nem Furnas seriam operadoras das usinas, pois os bancos somente adiantariam esse capital para um outro “pool” de grandes capitais industriais com atuação internacional, agentes poderosos, do porte de uma CVRD, de uma Alcoa, de uma BHP, de grupos como o Suez, Rio Tinto, Alstom, Asea- Brown Boveri, Voith - Siemens, Mitsui, Arcelor, e até mesmo, de grupos de origem brasileira como Votorantim e seu braço energético VBC, além da Gerdau, e das demais grandes empreiteiras, a Gutierrez, a Odebrecht, a Queiroz Galvão.

4. A espada onipresente do “apagão”. Essa chantagem “hidrelétrica x nuclear” está sendo agora requentada em cima de outra chantagem já gasta de tantos anos: *“se não chover o suficiente, ano que vem vai falta energia...daqui a três anos, há grande risco de déficit, tem que começar agora essa obra pra evitar o racionamento...”* Só que: dizem isso em dezenas de locais e regiões ao mesmo tempo, para entronizar tudo quanto é projeto, desde PCHs verdadeiras e falsas até as mega-obras no Xingu e no Madeira, passando pelas térmicas a carvão no Sul e em Belém. Pode-se interpretar como uma esquizofrenia típica da pauta sobre energia: quem estuda a matéria Energia sabe que tem sempre a fonte, o conversor e o uso. Só no papo brasileiro atual de energia não se destacam as utilizações da energia. Até num curso de “usos de energia”, os estudantes acham lindo ficar falando em “fontes” de energia...Mercadorias têm sempre oferta e demanda; paradoxalmente, no mercado de energia se supõe existir apenas o poder da demanda, uma déspota que poucos investigam e que ninguém ousa desafiar. Dela nasce e se propaga o dogma de que *a oferta tem sempre que anteceder a soberana demanda*.

5. Numa boa parte do país, está quase tudo eletrificado. Na parte do país que está na área do Sistema Interligado, resumidamente: de Uruguaiana até o norte de Mato Grosso, em Sinop, Alta Floresta, e de Santarém até Belém e dali por todo o litoral, - quase tudo está conectado à rede elétrica, agora vão reforçando a transmissão, vão melhorando a distribuição urbana e completando a área rural. Pode-se afirmar que nesse sistema, o país está eletrificado, portanto os negócios da eletricidade não

poderão jamais voltar a crescer com aquelas altas taxas, de 5 a 10% ao ano, que eram usuais naquela época em que as regiões estavam se eletrificando.

Assim sendo, o consumo interno de eletricidade crescerá pouco, digamos algo que se adapta a um lento crescimento populacional, que é maior nos grupos sociais de menor renda, e a algum avanço na industrialização com mecanização e automação - algo que faz gastar em equipamentos e em energia mais do que em utilização de força de trabalho. O consumo residencial e coletivo não “explodirá”, a não ser que haja uma radical e rápida redistribuição de renda - algo bem improvável para essa política financista concentradora que impera no país há quase duas décadas.

6. Na outra parte do país, a situação varia de caótica a instável. É lá onde tudo custa caro e quebra muito, em Rondônia, e em Manaus, onde se fez hidrelétricas de potência média e grande área alagada... mas a eletricidade é assegurada ao longo do ano por centrais térmicas queimando óleo grosso e óleo diesel. Já no Acre, em Roraima e no Amapá, que continuam abastecidos por grupos de turbinas e motores, e também em áreas do Pará e de Mato Grosso, contratos lesivos aos Estados e à União vêm fazendo a fortuna dos tais operadores estrangeiros de eletricidade como a espanhola Guascor, a texana El Paso, a portuguesa EDP.

Aí de fato existe um risco grande de colapso, de cortes de energia, é o que se observa há anos, aliás. Só que, para se atender de modo mais eficaz estas regiões, não seria necessário fazer usinas de grande potência como as do Xingu e do Madeira. Prevê-se instalar mais de 6 mil MW nas usinas do Madeira, mas uma carga de cerca de 400 MW além do funcionamento variável da hidrelétrica de Samuel, garantiria Porto Velho e muitas das cidades do Estado. A capital acreana Rio Branco hoje tem uma carga de cerca de 90 MW abastecidos principalmente por uma LT de 230 kV que provém de Porto Velho; estão “prometendo” aos acreanos, caso as usinas do Madeira sejam construídas, aumentar essa oferta para 200MW.

7. Para onde iria a eletricidade das mega-hidrelétricas? Essas que estão atualmente em pauta, no Madeira e no Xingu, e outras que começam a ser “esquentadas” como a do Tapajós e mesmo menores como no rio Machado em Rondônia, e no rio Aripuanã em MT, somente se justificam para ofertar grandes pacotes de energia futura excedente, ou seja, montantes além do consumo interno brasileiro e em um patamar bem acima do consumo das regiões onde seriam instaladas. O foco mais provável de tais negócios, como é em *Tucuruí*, é atender a produção industrial eletro-intensiva, cuja relevância estratégica qualificamos antes nesse tabuleiro global da mineração – metalurgia - energia elétrica. O grande senão é que ninguém provou que essa exportação é realmente vantajosa para a economia

nacional. No caso do alumínio do Pará e do Maranhão, já se provou que é bastante prejudicial, que nós é que bancamos! Num encontro empresarial midiático chamado *III Fórum Globo News*, o dirigente da CVRD privatizada, Roger Agnelli afirmou que a partir de 2012 ou 2013, a *"Vale não poderá implementar projetos porque não temos disponibilidade de energia no Brasil. Insumo que, aliás, não é barato"*. Para o executivo, apesar de a questão energética ser *"um problema no mundo todo"*, o País *"precisa aumentar a geração de energia e discutir qual será a equação energética do Brasil daqui a 20 ou 30 anos"*.^{xiv} Algo não convence na fala de Agnelli, detectado até pela comentarista Miriam Leitão em sua coluna:

"Os jornais de ontem trouxeram vários exemplos de investimentos que podem ser cancelados por falta de energia: a maioria, projetos eletrointensivos, como o da Vale na produção de alumínio. Mas será que é isso mesmo que o Brasil quer produzir? Alumínio, por exemplo, é energia pura. Só a indústria do alumínio usa em torno de 10% de toda energia que a indústria consome. Quando é exportado, o país está exportando energia, que hoje não tem sobrando (...) Dado o adiantado da hora do aquecimento global, é inevitável que a relação energia & meio ambiente inclua decisões a tomar sobre que tipo de desenvolvimento queremos para o país. É simplificar o problema pôr toda a culpa no Ibama e tratar a questão ambiental como obstáculo que está bloqueando o caminho" (O Globo, 30 de maio de 2007)".

“Assopram” a resposta para os parlamentares e até para os magistrados da cega Justiça

Desde fevereiro de 2007, alguma vitória pode ser cantada pelo lado “pró-Belo Monte”:

Numa sentença de mais de 50 laudas, que inclui gráficos, mapas e até mesmo trechos da música 'Belém-Pará-Brasil', gravada por artistas paraenses como Nilson Chaves e Lucinha Bastos, o juiz federal de Altamira, Herculano Martins Nacif, liberou os estudos preliminares para a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu.

...O Ministério Público Federal, que propôs a ação civil pública rejeitada pelo magistrado, ainda poderá recorrer ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília. A ação, no ano passado, já teve vários desdobramentos e chegou até o Supremo Tribunal Federal. Na decisão mais recente, a presidente do STF, ministra Ellen Gracie, confirmou parcialmente liminar concedida pelo próprio Nacif, que em maio de 2006 liberou a realização de estudos, audiências públicas e outros procedimentos que antecedem a construção de Belo Monte.^{xv}

Para Nacif, os entrevistadores que forem designados para participar dos estudos prévios somente poderão ouvir as comunidades indígenas localizadas na área de influência, 'se for definida o que vem a ser tal área e qual o impacto que provavelmente será observado nas diversas partes desta área. Por evidência, os impactos ambientais não serão uniformes em toda a região afetada.'

Voltemos aqueles dias do início de Julho de 2005 quando se encaminhava no Senado a votação do decreto legislativo 788 já mencionado. Consultando-se os anais da casa, vimos como calaram fundo nos atores daquele solene plenário os mesmos recursos de retórica e de operação ideológica finamente construídos nas empresas de consultoria e de eletricidade. Todos, com as raras exceções de sempre, repetiam o “mantra” da salvação garantida contra o risco de apagão através da construção de *Belo*

Monte, e o clichê da “obra que vai enfim desenvolver a região da Transamazônica paraense”. Pior ainda para a difícil lucidez nacional, o vai-e-vem jurídico entre Altamira, Belém e Brasília, impregnou com o mesmo tipo de “enredo” do lobby pró-Belo Monte juízes até mesmo na mais alta instância, o STF. Algo que o advogado Raul Valle definiu em abril de 2007 como sendo um “*apagão do Judiciário*”, no artigo com trechos a seguir transcritos: ^{xvi}

“Decisões judiciais recentes acerca da instalação de hidrelétricas mostram como o Judiciário, assim como boa parte da mídia e da sociedade brasileira, vem sendo refém do discurso da crise de energia.(...). No caso de Belo Monte, caberia ao juiz federal de Altamira analisar a validade do Decreto Legislativo por meio do qual o Congresso Nacional havia autorizado, sem saber de seus possíveis impactos e sem ouvir as comunidades indígenas afetadas, a instalação da UHE Belo Monte, e se isso deveria ter como consequência a paralisação do processo de licenciamento ambiental como requeria o Ministério Público Federal, autor da ação. Não estava em questão a importância da obra para o país, para a região, para a produção de alumínio ou para o lucro das multinacionais do Pará. A única pergunta feita era sobre a validade do referido decreto e qual consequência isso traria.”

Dessa postura errada desde o início, o eminente Juiz extraiu assertivas totalmente fora do escopo de sua função, simplesmente porque lhe foram “assopradas” como se faz ainda nos dias de prova e arguição em sala de aula e nos tabladros teatrais.

“ ... a obrigação de consulta prévia do Congresso Nacional às comunidades indígenas a serem afetadas pela obra, estabelecida expressamente na Constituição Federal e na Convenção 169 da OIT é algo que deve ser relativizado diante do manifesto interesse nacional na obra em questão: “Não há como fechar os olhos para a questão. A demanda energética é um fato. Por isso é que a demora na conclusão sobre a viabilidade do projeto UHE Belo Monte apenas trará prejuízos estratégicos e financeiros ao país e aos milhões de consumidores (...)” (parágrafo 43 do despacho judicial).

Por essas e outras, o mesmo autor identifica uma “*politização medíocre do Judiciário*” e mostra que o juiz Nacif apenas fez imitar o que já haviam assoprado também para a maior autoridade nacional do judiciário, a ministra chefe do STF, Ellen Gracie, ao examinar os autos da suspensão de liminar (no.125/07):

Para a ministra, “a não viabilização do empreendimento, presentemente, compromete o planejamento da política energética do país e, em decorrência da demanda crescente de energia elétrica, seria necessária a construção de dezesseis outras usinas na região com ampliação em quatorze vezes da área inundada, o que agravaria o impacto ambiental e os vultosos aportes financeiros a serem despendidos pela União”.

Encruzilhadas: líderes indígenas, reservas de recursos, problema com vizinhos

No caso dos projetos no Xingu muita coisa dependerá agora do que façam os líderes indígenas, além de sempre ter dependido um tanto das entidades populares, de gênero e religiosas em Altamira e região. O Kaiapó Paulo Paiakan em entrevista concedida à revista da FUNAI no final de 2006 alerta para os prejuízos das atividades econômicas dos brancos: a ocupação intensa das vilas e terras ao lado

da rodovia BR 163, que degeneram freqüentemente em invasões das T.Is das terras próximas; alerta para a expansão da mineração, cita o caso do grupo canadense Onça Puma, começando a explorar níquel próximo de Tucumã (empresa posteriormente adquirida pela CVRD)^{xvii} E retoma, com um tom mais de reivindicação e negociação, aquela crítica feroz que haviam feito ao projeto Belo Monte em 1989:

“A construção de Belo Monte também é outra preocupação muito grande. O governo está insistindo em construir a barragem sem consultar a comunidade. Se tivesse diálogo com as autoridades indígenas, aí poderia haver interesse dos dois lados de fazer a barragem. Agora, sem explicar, sem garantir a participação da comunidade, nós somos contra. Se não houver participação dos índios nesse projeto, continuará havendo discriminação. Cadê a igualdade? Por que não podemos ser ouvidos? Uma coisa importante que pouca gente sabe: minha briga contra Belo Monte não era uma defesa só da vontade dos Kayapó. Na época em que morei em Altamira, eu viajava para várias aldeias e fui viver na tribo dos Asurini. Eu lembro que, se a barragem fosse feita, os Asurini iriam perder a terra deles. Então decidi assumir essa luta para defender os Assurini. Foi aí que convoquei os Kayapó e outros grupos para lutar contra a barragem. A grande manifestação foi em fevereiro de 1989.

Um outro fato bem recente tornou evidente a existência dos demais projetos de barragens no Xingu e no Iriri. Justamente a criação de uma Reserva Extrativista que “fechasse” na cartografia paraense, o mosaico de várias T.I.s e Unidades de Conservação federais. O extenso espaço não protegido, mais de cem mil km², já sofre de uma penetração dupla a partir de São Felix do Xingu e do eixo da BR 163 entre Castelo dos Sonhos (!!!), Novo Progresso e Rurópolis.

A criação de uma Resex – denominada Reserva Extrativista da Terra do Meio reafirmaria a função de tampão, de cordão sanitário que vêm exercendo, mal ou bem, os limites das TIs e UCs. Exatamente onde se prevê obras de cinco usinas (eixos indicados no inventário de 1980: *Babaquara, Ipixuna, Kokraimoro, Jarina e Cachoeira Seca do Iriri*) mais as linhas de transmissão, estradas e represas com centenas e com milhares de km². Se a Resex for criada pelo Executivo, isso inviabilizaria todos os projetos de usinas, (exceto o próprio *Belo Monte*, já mencionado, que afeta diretamente somente a Volta Grande) inviabilizaria esses e quaisquer outros eixos neste mesmo trecho da calha do Xingu e do Iriri. Quando seria anunciada pela Ministra de Meio ambiente, na data simbólica de 05 de junho, o Ministério de Minas e energia deram o contra. No dia seguinte, um despacho da governamental Agencia Brasil registra:

“O projeto de construção das usinas hidrelétricas Belo Monte 1 e 2 é o motivo da demora da Casa Civil em avaliar o decreto para a criação da reserva extrativista do Médio Xingu. A explicação é do coordenador-Geral de Gestão e Criação de Reservas Extrativistas e de Reservas de Desenvolvimento Sustentável do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Alexandre Cordeiro. A criação da reserva seria anunciada pela ministra Marina Silva em 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, mas o anúncio foi adiado.

"Há um pequeno problema em relação à (Ministério de) Minas e Energia. Existem planos de instalação de unidades de geração de energia na calha do rio Xingu e, por isso, o ministério está colocando algumas questões em relação à criação de unidades nestas área", afirma Alexandre Cordeiro. "Existe uma incompatibilidade de uma atividade com a outra", segundo ele. Por isso, "Minas e Energia quer analisar mais detalhadamente a proposta" da reserva.

Está aberta a via para a criação de “Reservas de recursos Energéticos e Minerais”, que seriam o contraponto empresarial a essas T.I.s e U.C.s que tanto “entram” a acumulação desenfreada de capital. Poucas semanas depois, no final de junho, quase duzentos participantes de um encontro de grupos indígenas do Xingu em Altamira (PA), condenaram a construção das duas barragens (*Belo Monte 1 e 2*)^{xviii} no Rio Xingu. Na declaração assinada por dezessete etnias representadas e organizações da sociedade civil, qualquer intervenção no Xingu provocaria a extinção da caça, do peixe e afetaria profundamente as terras e a saúde dos indígenas.

No caso dos *projetos do Madeira*, eclode agora, sem retorno, a encruzilhada prevista por tanta gente e desprezada até aqui pela Odebrecht e Furnas e pelo Itamaraty. Eis um trecho do ofício enviado pelo chanceler boliviano David Choquehuanca, em 10 de julho de 2007, para o colega brasileiro:

[...]cuando leemos las 33 condiciones que la licencia previa establece como medidas de mitigación de estos dos proyectos ya que muchas de ellas tienen alcance internacional e involucran también a Bolivia. Entre estas condiciones leemos medidas para monitorear y controlar los impactos en los recursos pesqueros especialmente de peces migratorios, los impactos en la salud por la malaria, la rabia transmitida por murciélagos hematófagos y otras plagas, los impactos por el incremento de la tasa de sedimentación en el lecho del maderas que pueden afectar a territorio boliviano, el posible incremento de los niveles de mercurio en el agua y otros aspectos que nos confirman que - es imperativo hacer un estudio de impacto ambiental también en Bolivia, antes de proseguir con estos emprendimientos hidroeléctricos.

Estranho país onde o projeto *Kararaô/Belo Monte* tentou, em vinte anos, por três vezes ultrapassar a etapa de licenciamento ambiental e não conseguiu; enquanto os projetos *Santo Antonio e Jirau*, adormecidos há mais de vinte anos, reaquecidos no começo dos anos 2000 conseguiram em 2007 uma licença ambiental desfigurada, mas conseguiram. Há quem veja nisso apenas a guerra econômica entre frações do capital. Nossa compilação aqui indica muito mais: a velha luta de classes, e uma etapa complexa da luta política e ideológica. Em jogo, o destino da maior e última floresta e dos maiores rios e de todos os seres vivos neles integrados, inclusive os povos amazônicos, antigos e recentes.

ⁱ A matéria foi colocada na abertura e na página 3 do seu caderno “de negócios” (*Folha Dinheiro*, pags B1 e B3) e ainda havia uma chamada na 1ª página do jornal. Assinada por Berta Marchiori, com colaboração de Cláudia Trevisan, da reportagem local, e Guilherme Barros, editor da coluna Painel S. A. na pag 2 do mesmo caderno.

ⁱⁱ Por sua vez, Angra –III e outros projetos já são bem defendidos dentro do governo com o eterno argumento de modernização tecnológica, com o tal “imperativo” do domínio nacional das tecnologias do urânio. Argumentos que em geral, são anteparos para uma pretensão bélica, de obtenção de plutônio e fabricação da bomba.

ⁱⁱⁱ SANTOS, L.A.O., e ANDRADE, L.M.M. **“As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas”**, Comissão pró Índio de São Paulo 1988; edição em língua inglesa, Culture Survival, Boston, 1990. e SEVÁ Fo., A. Sobre a mesma conjuntura: SEVÁ Fo. **“Ecologia ou Política no Xingu”** Documentos, Instituto de Estudos Avançados, USP, 1990

^{iv} Como professor de Engenharia, posso considerar um estranho sinal dos tempos, quando dois engenheiros exercendo cargos de direção em empresas de eletricidade (Samek de Itaipu e Muniz da Eletronorte) evocam a mão divina na criação de imensos potenciais hidráulicos, como eles adoram repetir, os quais estariam para nós “disponíveis” em dois grandes rios brasileiros.

^v De 2001 para cá, foram elaborados um EVTE – Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica do projeto *Belo Monte*, e uma parte de um EIA – Estudo de Impacto Ambiental, que está embargado; foram feitos vários “estudos”, na realidade propostas político-ideológicas refinadas do tipo “Inserção regional do empreendimento”, com a meta de criar um “Estado empresarial” no meio do Pará. Ali alguma migalha da renda da eletricidade de *Belo Monte* sustentaria tudo ou quase tudo na economia e nos orçamentos públicos, os municípios seriam amarrados numa partilha de *royalties* devidos pela hidrelétrica, através de um consórcio, já criado pela Eletronorte, no qual todos ficam dependentes dos seus repasses e da sua enorme influência política.

^{vi} SEVA Fo., A. O (Organizador) **Tenotã Mõ Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu, Pará Brasil** Glenn SWITKES, editor, São Paulo: International Rivers Network, 2005. arquivo acessível em <http://www.irm.org/programs/xingu/> e em www.fem.unicamp.br/~seva

^{vii} “*Belo Monte - Especialistas condenam construção*” - 25/03/2006 Belém – PA <http://www.diariodopara.com.br/>

^{viii} “*Kayapó dizem não a Belo Monte e sim aos Negócios Sustentáveis*” matéria de Carmen Figueiredo, indigenista - 06/04/07 Link: <http://www.amazonia.org.br>

^{ix} Estudo encomendado pela ong Conservation Strategy Fund (CSF). Autores: Wilson Cabral de Sousa Júnior e Neidja Cristine Silvestre Leitão (Instituto Tecnológico de Aeronáutica) e John Reid (CSF)

^x *Protesto organizado por fazendeiros e empresários para Altamira (PA)* de autoria de Oswaldo Braga de Souza no sítio www.socioambiental.org.br [21/06/2006]

^{xi} *Folha de São Paulo*, 04 de maio de 2007, “*Lula fala em optar por usinas nucleares. Ele garante que adotará alternativa se persistirem obstáculos a hidrelétricas*” matéria de Eduardo Kattah, Uberlândia, MG. Obs: As palavras do presidente transcritas pelo jornalista correspondem ao que eu assisti em telejornais na TV aberta na mesma noite.

^{xii} Publicado sob coordenação do Centro de Estudos Superiores da Universidad San Marcos, pelo Foro Boliviano de Médio Ambiente y Desarrollo – FOBOMADE e pelo Comitê para gestion integral del água en Bolivia www.aguabolivia.org

^{xiii} 09/07/2007 *Para Ibama, impactos das usinas do rio Madeira foram minimizados* Matéria de Lorena Rodrigues, da *Folha Online*, em Brasília - 18h43

^{xiv} matéria de Anne Warth, Link: <http://www.estadao.com.br/agestado> em 29/05/2007

^{xv} *Justiça dá sinal verde à hidrelétrica de Belo Monte (PA)* - 28/03/2007 Belém, PA *O Liberal* <http://www.oliberal.com.br/index.htm>

^{xvi} ***A crise energética e o apagão da Justiça*** Por Raul Silva Telles do Valle, Programa de Política e Direito do Instituto Socioambiental, www.socioambiental.org.br 25 de abril de 2007

^{xvii} entrevista de Paulo Paiakan concedida a Michel Blanco; revista *Brasil Indígena* FUNAI, (Ano III, n. 4, outubro/novembro de 2006)

^{xviii} É necessário sempre prestar muita atenção sobre o quê se está falando nesse campo, e sempre demandar que se explique com rigor: A expressão *Belo Monte 1 e 2* é bem recente, tendo aparecido tanto no despacho oficial da Agência Brasil como na declaração do encontro indígena de junho de 2007. Às vezes isso significa um conjunto das duas grandes obras civis do projeto *Belo Monte* (a barragem transversal ao rio na Ilha do Pimental, com uma casa de força de 182 MW para turbinar a tal “vazão ecológica” no trecho mais seco do rio; e o prédio da casa de força principal (com potência prevista de 11 mil MW) perto do vilarejo Santo Antonio do Belo Monte na margem esquerda do rio, represando a última das cinco represas de Igarapés a serem formadas. Algo que já se chamou de *CHBM = Complexo Hidrelétrico Belo Monte*. Mas, “*Belo Monte 1 e 2*” pode significar algo bem distinto: “dupla” de usinas *Belo Monte* e *Babaquara* (6.600 MW previstos, com mais de seis mil km² de represa), o qual ficaria poucos km rio acima de Altamira. O eixo *Babaquara* já se chamou também “*Usina Altamira*”. Essa mesma composição de projetos *Belo Monte* - e - *Babaquara* também já foi designada antes como “*Complexo Hidrelétrico de Altamira*”.